

Esse artigo objetiva apresentar uma aproximação do espaço rural e do espaço urbano, analisando a possibilidade de reconhecer uma identidade para a ruralidade de uma região de colonização alemã. Essa análise será realizada a partir dos estudos de espaço e ruralidade e, para isso, serão utilizadas as teorizações de Foucault (2001), Carneiro (1998) e Wanderley (2001).

**Ketlin Kroetz
Isabel Cristina Machado de Lara**

Espaços móveis e transitórios: um novo olhar sobre a ruralidade de uma região do Vale do Rio dos Sinos

*Mobile and transient spaces: a
new view about the rurality of a
region of Vale do Rio dos Sinos*

<http://dx.doi.org/10.18316/2237-8049.2016.6>

KETLIN KROETZ*

ISABEL CRISTINA MACHADO DE LARA**

Resumo

O artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de Mestrado em Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PPGEDUCEM/PUCRS. Seu objetivo é apresentar a aproximação entre espaço rural e espaço urbano, analisando a possibilidade de reconhecer uma identidade para a ruralidade de uma região de colonização alemã. O artigo parte das narrativas de três colonos descendentes de alemães e conclui que espaço rural e urbano não interferem na opção de vida dos filhos dos sujeitos de pesquisa e dos jovens residentes na cidade, pois tais espaços são flexíveis, e as trocas entre o urbano e o rural são cada vez mais frequentes e constituídas por diferentes formas de vida.

Palavras-chave: Rural e urbano. Forma de vida. Narrativas.

Abstract

This article presents a partial result of a Master's Degree in Science and Mathematics Education of the Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PPGEDUCEM/PUCRS. It aims to present the proximity between the

* Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre pela mesma instituição; Email: ketlin_smh@hotmail.com

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora permanente da Faculdade de Matemática e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Email: beltinalara@hotmail.com

rural space and the urban space, analyzing the possibility of recognizing an identity for the rurality of a German colonization's region localized in Vale do Rio dos Sinos. The theme of this article arises from the narratives of three settlers descendants of Germans and it concludes that rural and urban spaces do not interfere in the choice of life of the subject's children and young people resident in the city, because such spaces are flexible, and the exchanges between the urban and rural are increasingly more frequent and constituted by different life forms.

Keywords: Countryside and urban. Life forms. Narratives.

1. Introdução

O artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de Mestrado em Educação em Ciências e Matemática. Tal pesquisa evidencia que os colonos que compõem a comunidade alemã de uma cidade localizada na região do Vale do Rio dos Sinos preservam os traços culturais, técnicas e saberes passados de geração em geração. Contudo, verifica-se que muitos dos filhos dos colonos entrevistados, bem como os demais habitantes da cidade, já não seguem profissões relacionadas à agricultura, o que faz com que seus saberes percam sua força, bem como as práticas que utilizam no campo.

A modernização, a crise da agricultura e a noção do espaço urbano como um espaço ideal para a sobrevivência levaram várias pessoas a migrarem do campo para a cidade. Tais fatores podem ser o motivo pelo qual esses saberes foram silenciados, o que nos instiga a analisar as atuais concepções do espaço urbano e rural com mais profundidade para que, por meio deles, seja possível trazer à tona uma nova identidade para o meio rural. Há diversos entendimentos a respeito do espaço rural na contemporaneidade, existindo, portanto, tanto os que acreditam no seu desaparecimento quanto os que confiam que tal categoria possa reinventar-se ao longo das gerações.

Nesse sentido, esse artigo objetiva apresentar uma aproximação do espaço rural e do espaço urbano, analisando a possibilidade de reconhecer uma identidade para a ruralidade de uma região de colonização alemã. Essa análise será realizada a partir dos estudos de espaço e ruralidade e, para isso, serão utilizadas as teorizações de Foucault (2001), Carneiro (1998) e Wanderley (2001). A temática do artigo surge a partir das narrativas de três colonos descendentes de alemães que residem em Padre Eterno Baixo e Boa Vista do Herval, duas localidades que compõem a zona rural de Santa Maria do Herval. Conforme o Índice Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, tais localidades distinguem-se da zona urbana.

2. O rural e o urbano: categorias simbólicas constituídas por meio de representações sociais

Para compreendermos de maneira mais sucinta por que a difusão dos saberes dos colonos entrevistados não ocorre mais com tanto sucesso, torna-se relevante analisar o espaço rural e urbano, aproximando tais espaços às discussões contemporâneas sobre esses dois meios, normalmente entendidos como contrários um do outro. Para tanto, são utilizados os aportes teóricos de autores como Carneiro (1998) e Wanderley (2001), bem como a noção foucaultiana de espaço (FOUCAULT, 2001), buscando romper a associação ultrapassada que é feita sobre esses meios.

O espaço, numa perspectiva foucaultiana, era concebido na Idade Média como

[...] um conjunto hierárquico de lugares: lugares sagrados e lugares profanos, lugares protegidos e lugares, pelo contrário, abertos e sem defesa, lugares urbanos e lugares rurais [...]. Toda essa hierarquia, essa oposição, esse entrecruzamento de lugares era o que se poderia chamar bem grosseiramente de espaço medieval: espaço de localização (FOUCAULT, 2001, p. 412).

O espaço era compreendido como um lugar finito, como um ponto de localização. No entanto, a partir das ideias de Galileu, ele passa a ser compreendido como “[...] um ponto em seu movimento” (FOUCAULT, 2001, p. 412). O filósofo ressalta que vivemos numa época em que o espaço é concebido como um local de posicionamento, não somente de localização, “o lugar que cada corpo ocupa no espaço faz sentido não por si mesmo, mas em função das suas relações com os lugares vizinhos” (VEIGA-NETO, 2007, p. 256). Nessa perspectiva, o espaço está relacionado à posição ocupada no momento; trata-se de uma relação de posicionamento variável “que divide os que estabelecem ‘onde estão as fronteiras’ daqueles que se submetem a tais fronteiras” (Ibid., p. 256), o que o autor designa como “capacidade de lugarização”.

Para Foucault, existem, em qualquer sociedade e cultura,

[...] lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delimitados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contra-posicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis (FOUCAULT, 2001, p. 415).

No que diz respeito à noção de espaço urbano e rural, fundamentada nas ideias contemporâneas, tal noção sofreu algumas modificações com o passar da história. O capitalismo, a incessante busca pela modernização e o acelerado ritmo das mudanças nas relações tanto de trabalho quanto sociais modificou esses espaços, fazendo com que não correspondessem

mais a realidades distintas. Desse modo, é cada vez mais complexo demarcar “fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais” (CARNEIRO, 1998, p. 53).

Um dos motivos que levou os sujeitos da localidade aqui estudada a optarem por trabalhos não relacionados ao campo foi a crise na agricultura. O pequeno agricultor, por exemplo, foi transformado num especialista com o passar dos anos, e nos dias atuais, como aponta Mendras (1984, p. 164), o colono “não é mais seu próprio mestre e necessita, permanentemente, de um mestre para instruí-lo”. O rural perdeu seu destaque e os colonos precisaram qualificar-se para continuar na agricultura. Isso é evidenciado nas narrativas dos sujeitos, quando estes destacam que, atualmente, por exemplo, o processo de plantação é mais fácil, pois existe trator, adubo e um maquinário específico que se adequa a cada tarefa.

Autores como Carneiro (1998) e Wanderley (2001) especificam que as modificações que vêm ocorrendo ao longo dos anos nos espaços rurais não atingem os colonos com a mesma intensidade, pois tais modificações se expressam “de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1998, p. 53). Ainda que a expansão da racionalidade urbana sobre o campo tenha se intensificado e não possa ser desconsiderada nem tratada com desleixo, é arriscado concluir que tal fato acarrete na decomposição de um modo rural de viver e numa transformação uniforme das condições de vida camponesas.

A partir da generalização das interpretações das tradições urbanas e rurais, é válido ressaltar que pesquisas realizadas em países desenvolvidos têm demonstrado fatores significativos no que diz respeito à aproximação desses dois campos. Um dos exemplos destacados por Carneiro (1998) é a facilidade que o agricultor familiar tem em se adaptar à modernização, bem como as “técnicas avançadas e a contribuição da cultura do agricultor (*farming culture*) na formulação de respostas à crise do modelo produtivista, com a pluriatividade” (Ibid., p. 54).

O processo de modernização que ocorreu e ainda vem ocorrendo na agricultura é destacado nas narrativas dos colonos entrevistados. A maneira urbana de viver estende-se ao espaço rural, o que pode ser demonstrado quando os colonos apontam aspectos relacionados a suas vidas no campo, não deixando de mencionar que “atualmente é tudo diferente”.

EA¹: Antigamente, era tudo em alemão. Na igreja a gente cantava até saber. Nada dessas coisas bobas que ouvem hoje [músicas]. A gente não tinha rádio, eu tinha 15 anos quando eu vi o primeiro rádio, e olha hoje, como tá tudo. [...] A gente vivia bem, acho que melhor que hoje, não tínhamos tantas preocupações, o pessoal não se preocupava

¹ Para manter a integridade e anonimato dos sujeitos pesquisados, será utilizado o código P para pesquisador, EA para entrevistado A, EB para entrevistado B, e assim por diante.

tanto com dinheiro. EB: Hoje em dia tem trator e faz tudo. Antigamente era bem mais difícil plantar. Tinha que levar o leite nas costas, ir no comerciante com o cavalo, hoje tem o leiteiro, né? EC: Não tinha ônibus, não tinha carro. E aí em dia de chuva no inverno de pé no chão, ou senão botava no plástico no pé e merenda não tinha, tinha que levar uma schmier, batata assada, essas coisas assim, não era que nem hoje. EC: A família sempre tinha muita gente, isso não era como hoje de ter um ou dois. EC: A gente não tinha muito o que fazer, por isso que tantas crianças morriam antigamente. Não tinha recursos como hoje em dia, hoje quase não morrem crianças. EB: Antigamente a gente aproveitava as coisas. P: Aproveitavam como? EB: O lixo, esse molhado, era na horta, a banha a gente cozinhava com soda pra fazer sabão. Não ia coisas fora como hoje, sabe? P: Sei. EB: Caminhão de lixo que nem hoje nem pensar. Também quase nem tinha lixo.

Embora os sujeitos tenham apontado fatores negativos no que diz respeito às suas vivências no campo, como falta de recursos médicos, além de acesso precário às vendas e ao centro das colônias, nas passagens apresentadas é possível notar o quanto o espaço rural foi sofrendo modificações ao longo dos anos. Ao diferenciarem alguns aspectos de antigamente com os da atualidade, por exemplo, os sujeitos entrevistados possuem contato com as marcas do urbano, que embora sejam específicas e particulares, circulam no espaço rural e influenciam na constituição de diferentes maneiras de viver.

Os estudos antropológicos realizados por Pongratz (1990) na agricultura da antiga Alemanha Ocidental comprovam a aptidão da cultura camponesa na formulação de saídas para a crise da economia provocada pela modernização. É com esse mesmo olhar que Pongratz (1990) propõe que se pense na integração da agricultura familiar à sociedade industrial moderna, uma vez que manter as tradições culturais dos camponeses não é incompatível com a modernização urbana. Tais contribuições são relevantes na medida em que reforçam a ideia de que não se deve referir-se ao camponês como um sujeito incapaz de se adaptar às novas estruturas da sociedade sem abandonar seus hábitos, valores e formas de organização.

Podem ser citadas algumas pesquisas realizadas no Brasil sobre certos aspectos que vêm ocorrendo no meio rural e que nos levam, como destaca Carneiro (1998), a pensar a questão da ruralidade em tempos modernos a partir de dois fenômenos. O *primeiro* aponta que o espaço rural não mais se define apenas como um espaço onde predominam atividades agrícolas. Tal fato é perceptível ao analisar-se a pluriatividade de práticas exercidas pelos colonos entrevistados, atividades essas que vão além do campo, como a venda de bebidas, a costura, entre outras.

EA: Eu ia lavar roupa na vizinha e ficava cuidando como ela cortava o tecido. Eu sabia costurar um pouco e ela tinha duas máquinas, daí também aprendi a costurar. EB: Durante

17 anos eu era vendedor do Kayser em Nova Petrópolis, três vezes por semana. Praticamente todas as motosserras que existem aqui no Herval dá pra dizer que eu vendi... geradores, motores pra borracheiros, maquinário pra trabalhar na roça, pulverizadores.

Ainda que os sujeitos tenham-se dedicado a atividades relacionadas ao plantio, havia a produção de sabão com a banha dos animais, a oleicultura, a suinocultura, que, combinadas a atividades de plantio de batata, feijão e milho, possibilitavam uma maior rentabilidade para o sustento de suas famílias. Por meio das atividades que vão além do plantio e que são rentáveis ao negócio, foi possível que as famílias de agricultores se mantivessem no meio rural em tempos passados. Nesse sentido, a pluriatividade é “uma forma alternativa de explorar a agricultura e, em consequência, uma possibilidade de reelaboração de identidades sociais” (CARNEIRO, 1998, p. 73).

A procura dos jovens pelo trabalho nas indústrias e o chamado êxodo rural acarreta num processo de urbanização e industrialização do campo, em que técnicas e hábitos de origem urbana acabam difundindo-se no meio rural. Tal fator pode ser comprovado ao analisar a economia do município nos dias atuais. Apoiada no Plano Ambiental Municipal de Santa Maria do Herval, Camargo (2014) destaca que a indústria representa 50,17% da economia da cidade, o comércio 22,88% e a agricultura familiar 17,89%. Vale mencionar que há aproximadamente 50 anos, a agricultura familiar compreendia quase 100% da economia da cidade, sendo que, no século XXI, representa apenas 17,89%. O campo se “empresariou” e o rural perdeu o seu lugar de destaque, fazendo com que os que quisessem continuar nesse ramo fossem obrigados a se qualificar ou a optar por outras atividades como meio de sustento.

Em estudos desenvolvidos na região do Vale do Rio dos Sinos na década de 1990, Schneider (2004, p. 111) constata que

[...] o desenvolvimento da indústria calçadista articulou-se com a agricultura familiar e que as transformações das atividades agrícolas, sobretudo mudanças ocasionadas no processo de produção podem ser atribuídas ao seu assalariamento nas fábricas de calçados e curtumes. O que parece singular nesse processo é o tipo de relação de trabalho que se estabeleceu [...]. Os efeitos da industrialização sobre a agricultura familiar não chegam a provocar, de fato, o êxodo das populações rurais para as cidades. O assalariamento constituiu-se, neste caso, numa alternativa estratégica às dificuldades enfrentadas pelos colonos.

A crise na agricultura fez com que muitas indústrias se localizassem tanto no espaço urbano quanto no espaço rural de algumas cidades da região do Vale do Rio dos Sinos, e o trabalho na indústria representou, na maioria das vezes, uma forma de complementar o orçamento familiar. Os empregos dos

filhos dos sujeitos entrevistados, bem como de grande parte da população da cidade, tornam-se vantajosos, pois, além de garantirem a renda familiar, permitem a possibilidade, em alguns casos, de eles continuarem residindo no espaço rural, tanto que, ao longo da década de 80, várias indústrias foram instaladas nas próprias localidades rurais.

Diante dessas informações, que se dão concomitantemente ao desenvolvimento do capitalismo nas atividades agrícolas e à implantação das indústrias, a teoria da urbanização se estabelece “colocando a ênfase na integração dos dois espaços através das trocas cada vez mais intensas entre a sociedade urbano-industrial e as pequenas aldeias rurais” (CARNEIRO, 1998, p. 57). É diante de tais apontamentos que espaço rural não deve ser pensado como um espaço que contrasta com o urbano, pois o que está em pauta são as mudanças pelas quais o agricultor familiar passou ao longo dos anos.

Carneiro (1998) aponta que a mudança de costumes e de percepções não acontece de maneira regular, pois adaptar-se a diferentes costumes simbólicos, materiais e pessoais não implica, necessariamente, na descaracterização de uma cultura local, ainda que provoque determinadas tensões. Trata-se de uma posição em que o grupo aceita a diversidade e a relação de alteridade com os “de fora”, trata-se de uma *reestruturação do rural a partir da incorporação de novos componentes*, tanto econômicos quanto culturais e sociais, o que pode ser verificado quando os colonos afirmam que não trocariam o campo por nada, mesmo sendo visível a incorporação de componentes considerados urbanos em suas culturas.

Para compreender melhor esse processo de adaptação e readaptação de um determinado sistema ou até mesmo cultura, o foco de análise deve centrar-se nos “jogos de interesse e nas relações de força entre os agentes sociais” (CARNEIRO, 1998, p. 59), ou seja, a análise deve estar focada nos sujeitos, não no espaço geográfico, o que faz com que a distinção entre o urbano e o rural desapareça ou “torne-se inútil como questão sociológica” (Ibid., p. 59). O espaço é resultado dos conflitos que se dão a partir dos valores e interesses dos sujeitos que nele vivem, interesses que podem ser “urbanos” ou “rurais”.

A ruralidade não pode ser compreendida apenas a partir da inserção do mundo rural no que é definido como urbano, mas também “do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural” (CARNEIRO, 1998, p. 59). Nesse sentido, é mais coerente buscar os significados das práticas que promovem a interação a partir do ponto de vista dos agentes sociais, pois se a cidade vai para o campo, o campo também vem para a cidade.

As tradicionais festas típicas, como por exemplo a *Kartoffelfest*, realizada anualmente no período de emancipação de Santa Maria do Herval, além de promover o lazer e o turismo, tem como finalidade reafirmar os valores

culturais da zona rural e trazê-los para o meio urbano. São visíveis, nas festas típicas, os valores associados à eficiência e ao trabalho dos colonos na zona rural, pois estes mantêm as tradições, seja com festas, gastronomias ou costumes.

As festas às antigas, como a do colono e do motorista, por exemplo, possuem marcas que, além de atrair turistas, promovem “a integração do *ethos* urbano ao *ethos* rural pela inversão das posições sociais, permitindo que “pessoas da cidade” se divirtam com as brincadeiras “camponesas”, jocosas e rústicas, e que os agricultores subam ao palco como atores do espetáculo” (CARNEIRO, 1998, p. 64). Desse modo, é perceptível que o urbano e o rural são representações sociais que expressam valores distintos que podem, ou não, ser reelaborados.

Se é impossível delimitar fronteiras entre esses dois espaços, como ficaria a questão da ruralidade em Santa Maria do Herval? A ruralidade desse pequeno município de colonização alemã pode ser expressa por uma cultura dinâmica, que, por possuir traços fortes considerados rurais e incorporar novos valores e hábitos urbanos, encontra-se em constante reestruturação. A noção de ruralidade não deve ser pensada apenas em termos de espaço, de local. O espaço não delibera sobre o urbano ou o rural, nem sobre as práticas e relações que se dão neles. A localidade não define a natureza rural ou urbana, o sentido de localidade “será tão mais forte quanto mais consolidada for a identidade do grupo, ou seja, quanto mais forte for o sentimento de pertencimento a uma dada localidade” (CARNEIRO, 1998, p. 62). Supõe-se, então, que a “lógica de existência do grupo se sustente em um conjunto de valores tidos como identitários e que serve para distingui-los dos demais” (Ibid., p. 62).

Nessa perspectiva, reconhecer certos espaços como sendo favoráveis e adequados aos sujeitos faz parte dos valores e das memórias herdadas e passadas de geração em geração pelos seus antepassados. A valorização desses espaços podem ser os cenários naturais que existem no campo, como as paisagens, os rios, morros, pássaros e montanhas, que persistem até o século XXI e encontram-se presentes nas cidades do interior. Resgatar tais práticas e saberes, mesmo que de maneira diferente de antigamente, pode oferecer “saídas alternativas à crise do modelo produtivista na agricultura sem contudo expressar um ‘retorno à tradição’ ou uma ‘volta ao passado’” (CARNEIRO, 1998, p. 62-63).

As tradições, costumes e saberes aprendidos por gerações anteriores não podem ser analisados como se precisassem necessariamente valer-se de técnicas atuais e adquirir conhecimentos gerados fora de suas formas de vida. Diretamente vinculado à agricultura familiar e à infinidade de práticas que necessitam de saberes sobre os fenômenos da natureza, o entendimento que os colonos entrevistados possuem sobre a terra vai ao encontro da concepção apresentada por Woortmann (1990) em seus estudos, vista por um viés moral, não apenas como pedaço de chão utilizado para a produção, mas como algo concebido como um valor ético.

A não separação entre o antigo e o moderno nessa nova representação que não é urbana e nem rural faz com que os sujeitos trabalhem em fábricas ou outros locais para contribuir com o aumento da renda das famílias e melhorar a qualidade de vida ao buscar trabalho na cidade. Contam, ainda, com um local para morar sem precisar pagar o aluguel ao permanecerem no campo, criando uma nova condição social, uma vez que a agricultura não é mais a única fonte de renda das famílias. As residências vão, aos poucos, “se transformando e assumindo características definidas como ‘urbanas’, num processo longo, e talvez interminável, de reformas” (CARNEIRO, 1998, p. 68).

Diante de tais apontamentos, não existe uma definição uniforme para ruralidade. Ainda que alguns autores destaquem que a ruralidade estaria sendo destruída pelo capitalismo com os padrões predominantemente urbanos, a expansão do urbano não implica na descaracterização do rural, mas em sua reelaboração, que se dá conforme o universo simbólico a que se refere.

O desaparecimento da fronteira entre o rural e o urbano está, então, “associado à ideia de descaracterização do que poderíamos chamar de ‘cultura camponesa’ ou ‘racionalidade camponesa’” (CARNEIRO, 1998, p. 72). A ruralidade pode ser considerada como uma representação social definida por sujeitos que praticam diversas atividades, que não estão necessariamente ligadas à agricultura. Ela não pode mais ser definida de maneira oposta ao urbano.

Assim, mesmo que a investigação tenha sido realizada no interior de Santa Maria do Herval, mais especificamente no meio rural, é possível verificar que alguns modos de vida adquiridos pelos colonos atualmente possuem características urbanas, assim como percebido por Oliveira (2011) em seu estudo realizado com agricultores de Santo Antônio da Patrulha, RS. Segundo a autora, o mesmo ocorre no meio urbano, onde, nas residências, é natural encontrar

[...] plantações de hortaliças ou até mesmo criação de animais, atividades normalmente ‘típicas’ do espaço rural. São aspectos ou marcas normalmente designadas em um posicionamento específico, mas que circulam, movimentam-se por diferentes espaços. E, ao se movimentarem por diferentes espaços, acabam surtindo efeito também nas formas de vida que habitam nesses espaços (Ibid., p. 41).

Os costumes, a vida saudável com alimentos naturais e com quantidades menores de agrotóxicos, a tranquilidade e a presença dos filhos por perto são apenas alguns fatores dentre tantos outros que se sobressaem quando as pessoas são questionadas sobre sua preferência de viver no espaço rural. Mesmo que no século XXI os sujeitos já tenham se apropriado de características típicas da forma de vida urbana, é nítida a preferência que possuem pelo espaço rural.

Pode ser evidenciado, ainda, que os colonos compreendem seus saberes como sendo responsáveis por um novo modo de enxergar o mundo, articulando-os além da fragmentação e hierarquia impostas pelas disciplinas, pois uma única situação enfrentada é pensada de maneira cooperativa e integral e todos os saberes são igualmente importantes. O conhecimento fragmentado não fornece aos sujeitos a habilidade de encarar situações novas que emergem no campo diariamente. Lá o trabalho na agricultura não representa apenas uma atividade laboral, mas um sistema de relacionamento com a terra, o clima, as plantas e os animais, expandindo a compreensão do meio onde vivem pela experiência e pelo contato com o outro.

É válido observar, no entanto, o crescimento do espaço urbano e o fato de o espaço rural ser visto exclusivamente como um espaço de retrocesso. Faltam iniciativas e incentivos de professores e da comunidade escolar para a escolha de uma atuação no campo (CAMARGO, 2014) e pouco se contribuiu por parte do Estado para o desenvolvimento da agricultura familiar. Conforme observa Carneiro (2008), a pequena propriedade foi desprezada pelo Estado tendo que sobreviver em meio à competição das indústrias e ao agronegócio. Mesmo sendo concebido como um espaço de atraso, muitos sujeitos residentes em Santa Maria do Herval não deixam de incorporar determinadas práticas e valores da forma de vida rural em suas vivências.

3. Algumas considerações

Com base nas narrativas dos colonos entrevistados, pode-se concluir que, ainda que os saberes dos sujeitos de pesquisa tenham-se difundido, a maioria dos filhos dos colonos já não dedica seu tempo integral a atividades agrícolas. O espaço rural e o urbano, no entanto, não interferem na opção de vida dos filhos dos sujeitos de pesquisa e dos jovens residentes em Santa Maria do Herval, uma vez que tais espaços são flexíveis, e as trocas entre o urbano e o rural são cada vez mais frequentes e constituídas por diferentes formas de vida.

Viver num espaço rural ou urbano, contudo, não afeta as habilidades, tradições e hábitos dos sujeitos que vivem na cidade, uma vez que, como fora apontado, a ruralidade constitui-se numa cultura dinâmica que passa por reestruturações por estar exposta, também, à modernização. Destaca-se, ainda, que os espaços são móveis e transitórios, e por esse motivo o foco de análise deve-se centrar nas relações sociais dos sujeitos que pertencem a determinado meio.

Referências

BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, G.; CAMARGO FILHO, M.; FÁVARO, J. L. (Orgs.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava: Unicentro, 2004, p. 389.

CAMARGO, T. S. **Mulheres jovens, pluriatividade e sustentabilidade**: uma análise das trajetórias de formação, escolha e atuação profissional de mulheres jovens em núcleos de agricultores familiares de Santa Maria do Herval/RS, 2014. 25f. Projeto de pesquisa (Edital 17/2014) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/135/131>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

_____. Sobre 'lugar', 'território' e 'globalização'. **Desenvolvimento Social**, Montes Claros, n. 2, p. 69-75, dez. 2008. Disponível em: <http://www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/view/31/29>. Acesso em: 5 jul. 2015.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos III - Estética**: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**. Paris: Actes Sud, 1984.

OLIVEIRA, S. S. **Matemáticas de formas de vida de agricultores do município de Santo Antônio da Patrulha**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

PONGRATZ, H. Cultural Tradition and Social Change in Agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 30, n. 1, p. 5-17, apr. 1990.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VEIGA-NETO, A. As duas faces da moeda: heterotopias e emplazamientos curriculares. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 45, n. 45. p. 249-264, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000100013>. Acesso em: 10 set. 2015.

WANDERLEY, M. N. Ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Org.). **Una Nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: CLACSO, ASDI, 2001. v.2. p. 31 - 44.

WOORTMANN, K. **'Com parente não se negueia'**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico 87. Brasília: Ed. UnB, 1990.